

Mulheres e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre

*Norma Herminia Kreling**

O aumento significativo da participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA) configurou-se em uma das mais importantes transformações sociais ocorridas no País, nas últimas décadas. Nos anos 90, porém, esse processo vem ocorrendo concomitantemente a modificações profundas no mundo do trabalho.

Nesse período mais recente, as alterações na estrutura produtiva, nas formas de organização e nas relações de trabalho, trouxeram mudanças na estrutura e nas condições de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, apontando transformações importantes nas formas de inserção da PEA. Esse novo contexto vem acompanhado de ampliação das taxas de desemprego, que passam a atingir segmentos importantes da força de trabalho, paralelamente ao incremento de várias formas de precarização do trabalho, dado o estreitamento das possibilidades ocupacionais para os trabalhadores. Exigem-se, antes de tudo, novos requisitos de desempenho profissional, privilegiando trabalho e trabalhadores qualificados, onde a formação escolar básica se torna um requisito fundamental, porém não suficiente para eliminar o desemprego e a precarização entre os mais escolarizados.

Assim, as transformações ocorridas nas relações de trabalho decorrentes da reestruturação produtiva em curso parecem reproduzir e aprofundar as desi-

* Socióloga, Técnica da FEE.

A autora agradece aos colegas do Núcleo de Análise da PED-RMPA, Míriam De Toni, Irene M. S. Galeazzi, Calino Pacheco Filho, Lúcia dos Santos Garcia, André L. Chaves, Denise Zaions, Isabel Costa, e às colegas Sheila S. W. Sternberg (FEE/NERT) e Clítia Helena Backx Martins (FEE/NERU) pelos comentários e sugestões à versão preliminar deste texto, assumindo, porém, total responsabilidade pelas omissões e erros porventura remanescentes. Agradece, ainda, à Marilene Bandeira pela análise estatística e à colaboração dos estagiários Ana P. Sperotto e Marco Aurélio Nogueira pelo processamento e organização dos dados.

gualdades existentes entre os sexos, trazendo novos desafios para a construção da equidade de gênero no âmbito do mercado de trabalho.

Ao que tudo indica, com relação aos efeitos dessas mudanças sobre o trabalho da mulher, parece que outras formas de discriminação e exclusão estão sendo construídas ou reproduzidas. Tais questionamentos se colocam face às evidências de continuidade de um movimento que se tem feito presente nas últimas décadas, de incorporação progressiva de mulheres no mercado de trabalho¹, e de encaminhamentos mais recentes no âmbito do mundo do trabalho, os quais podem ser associados a diferentes tipos de exclusão, primordialmente através do desemprego e da precarização das condições e das relações de trabalho, para ambos os sexos.

Movidas pela necessidade de participar na manutenção da família, ou mesmo pelo desejo de obter realização pessoal e profissional, as mulheres cada vez mais marcam sua presença no mercado de trabalho, muitas vezes enfrentando toda a sorte de dificuldades em condições de trabalho mais desfavoráveis do que as dos homens — menores possibilidades de emprego, vínculos empregatícios mais frágeis, postos de trabalho menos qualificados, remunerações inferiores e instáveis, mesmo que, não raro, com nível de escolaridade mais elevado —, ao mesmo tempo em que se vêem constringidas a conciliar as responsabilidades domésticas com as profissionais.

Tendo por referência esse quadro geral sucintamente esboçado, este estudo tem por objetivo oferecer um panorama das formas de inserção feminina no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, colocando em evidência a maior fragilidade das condições das mulheres *vis-à-vis* às dos trabalhadores masculinos. Com isso, pretende-se colocar à disposição da sociedade, e, em especial, do poder público regional, informações que possam contribuir para o debate e o delineamento de possíveis políticas sociais que conduzam a uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, são tomadas como base as informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na

¹ Segundo dados da PNAD-IBGE, a taxa global de participação feminina na Região Metropolitana de Porto Alegre havia aumentado consideravelmente na década anterior, passando de 41,5% em 1981 para 44,5% em 1990. No período mais recente — levando em consideração as modificações metodológicas introduzidas pelo IBGE a partir de 1992 —, a participação feminina na PEA, mesmo que tenha continuado a se ampliar, revela uma ligeira retração, cuja taxa de 51,3% em 1992 passou para 50,7% em 1996 (PESQUISA..., 1996b).

Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)², sendo que os dados analisados estão centrados na média do ano de 1997 e, sempre que pertinente, comparados à média do ano de 1993.

Para compor a análise, são abordados os seguintes aspectos: a participação feminina no mercado de trabalho, o desemprego, a ocupação e as condições de trabalho, o rendimento médio real e o nível de escolaridade da mulher trabalhadora.

1 - A participação da mulher no mercado de trabalho

As mulheres correspondiam, em 1997, a 53,0% da População em Idade Ativa (PIA) — população com 10 anos e mais de idade — residente na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porém, ao se considerar a composição da PEA — parcela da PIA que está ocupada ou desempregada —, verifica-se que as pessoas do sexo feminino representavam, no mesmo ano, 41,4%, o que expressa a menor participação feminina no mercado de trabalho. O contingente total de mulheres no mercado de trabalho foi estimado em 632 mil, sendo que, destas, 84,9% eram ocupadas (537 mil pessoas) e 15,1% desempregadas (95 mil pessoas). Com relação aos homens, os 58,6% que integravam a PEA, estimados em 894 mil pessoas, estavam distribuídos em 784 mil ocupados (89,7%) e 110 mil desempregados (12,3%).

A taxa global de participação feminina — que indica a proporção de mulheres com 10 anos e mais de idade incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada — decresceu de 44,5% em 1993 para 42,3% em 1997, acompanhando o mesmo movimento observado para a participação mas-

² A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre vem sendo executada, desde abril de 1992, pelo convênio celebrado pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social e o Sistema Nacional de Emprego (FGTAS/SINE-RS), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE-SP) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). Tem como objetivo conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional através de levantamento sistemático, com periodicidade mensal, de dados sobre emprego, desemprego e rendimentos da PEA. A PED vem sendo realizada também nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e no Distrito Federal.

culina, cuja taxa se reduziu de 70,7% para 67,1%, respectivamente, o que representa, para ambos os sexos, uma redução em torno de 5,0%.³

Quando se analisou o comportamento das taxas de participação por gênero e faixa etária, foram observadas quedas significativas de participação da população mais jovem. Ocorreram grandes reduções, entre 1993 e 1997, para o segmento com 10 a 17 anos⁴ — 34,0% entre os homens e 32,7% entre as mulheres — e reduções menores para os que tinham idade entre 18 e 24 anos — 6,0% entre os homens e 7,4% entre as mulheres (Tabela 1).

Tabela 1

Taxa de participação, segundo sexo e faixa etária, na RMPA — 1993 e 1997

a) 1993

IDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL
De 10 a 17 anos	16,5	24,7	20,7
De 18 a 24 anos	64,9	87,1	75,7
De 25 a 39 anos	62,0	95,2	77,9
Com 40 anos e mais	35,5	69,3	50,8
Total	44,5	70,7	57,0

b) 1997

IDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL
De 10 a 17 anos	11,1	16,3	13,7
De 18 a 24 anos	60,1	81,9	70,8
De 25 a 39 anos	62,7	94,9	78,0
Com 40 anos e mais	34,4	66,1	48,5
Total	42,3	67,1	54,0

c) Δ% 1997/93

IDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL
De 10 a 17 anos	-32,7	-34,0	-33,8
De 18 a 24 anos	-7,4	-6,0	-6,5
De 25 a 39 anos	1,1	-0,3	0,1
Com 40 anos e mais	-3,1	-4,6	-4,5
Total	-4,9	-5,1	-5,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

³ Segundo dados da PED-RMPA, em 1998, até o mês de agosto, observa-se, no entanto, um aumento significativo da população feminina na PEA, cuja taxa de participação se elevou para 45,2%.

⁴ Conforme informações da PED-RMPA, observa-se, em 1998, até o mês de agosto, uma tendência de elevação da taxa de participação da população entre 10 e 17 anos, após esse segmento ter apresentado decréscimos consecutivos desde o início da série. O aumento foi de 11,7% entre os jovens do sexo masculino e de 26,1% entre as jovens.

Para o segmento feminino adulto entre 25 e 39 anos de idade, observou-se, no mesmo período, um aumento de 1,1%, enquanto para a população masculina, na mesma faixa etária, houve relativa estabilidade. Note-se, no entanto, que a participação feminina por faixa etária sofreu alterações no período. Assim, enquanto em 1993 a taxa de participação mais elevada se situava no segmento com 18 a 24 anos, no qual 64,9% do total de mulheres nessa faixa se encontrava no mercado de trabalho, em 1997 eram as mulheres entre 25 e 39 anos de idade que alcançavam a participação mais expressiva no mercado de trabalho (62,7%), enquanto as mais jovens, entre 18 e 24 anos, reduziram sua participação para 60,1%. Essa nova tendência constitui uma mudança bastante significativa no perfil da força de trabalho feminina, ampliando a participação de mulheres com mais idade no mercado de trabalho, as quais tradicionalmente são as mais envolvidas com as responsabilidades familiares.

Já a partir dos 40 anos de idade, a participação da mulher no mercado de trabalho decresceu de forma menos intensa que a do homem, com variações negativas de 3,1% e 4,6%, respectivamente, no período em análise.

Procurando caracterizar um pouco mais a participação da mulher no mercado de trabalho, ao se considerar a posição do indivíduo na família, restringindo-se ao contingente feminino, destaca-se, segundo a Pesquisa, que é maior a participação na força de trabalho das mulheres chefes de domicílio, que detêm a responsabilidade na manutenção da família, cuja taxa representou 48,8% em 1997. As cônjuges vêm logo a seguir, com uma participação de 44,5%, superior à das filhas, que foi de 36,7%.

Segundo Bruschini (1994, p. 511), "(...) são as casadas e as mais velhas que se dispõem a enfrentar as dificuldades próprias à conciliação entre as atividades profissionais e familiares para se dedicar a uma atividade econômica de mercado (...)" enfrentando, na maioria das vezes, jornada dupla de trabalho.

Sendo assim, a maior presença dessas mulheres no mercado de trabalho pode estar associada, principalmente, à necessidade de ampliar estratégias de sobrevivência da família, sobretudo se se considerar o fato de que, no período em análise, segundo dados da PED-RMPA, cresceu o desemprego entre os chefes de domicílio (28,2%) e, paralelamente, se elevou de 25 para 36 semanas (cerca de oito meses) o tempo médio despendido pelo conjunto de desempregados na procura de trabalho.⁵ Tais elementos levaram à deterioração da renda familiar.

⁵ Ver, a respeito, Zaions e Costa (1998).

2 - Desemprego: taxas mais elevadas

A força de trabalho feminina encontra maior dificuldade em ser absorvida na atividade produtiva. Por isso, as taxas de desemprego total entre as mulheres apresentam patamares bem mais elevados do que os encontrados para a população masculina.

Em 1993, a taxa de desemprego da força de trabalho feminina era de 14,3%, passando para 15,1% em 1997. No caso dos homens, essa taxa era de 10,7% e 12,3% respectivamente. Contudo o aumento da taxa de desemprego entre as mulheres (5,6%) foi menor do que para os homens, cuja elevação, no período, foi de 15,0% (Tabela 2). Destaca-se, no entanto, que mesmo a queda registrada na taxa de participação, para ambos os sexos, no período, não contribuiu para atenuar o intenso crescimento do desemprego, cuja elevação está associada ao fraco desempenho da ocupação.

Tabela 2

Taxas de desemprego, segundo sexo e tipo, na RMPA — 1993 e 1997

a) 1993

TIPOS DE DESEMPREGO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Aberto	9,4	5,9	7,3
Oculto	5,0	4,8	4,8
Precário	2,8	4,2	3,6
Desalento	2,2	0,6	1,2
Total	14,3	10,7	12,2

(%)

b) 1997

TIPOS DE DESEMPREGO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Aberto	11,4	8,3	9,6
Oculto	3,7	4,0	3,8
Precário	2,0	3,3	2,7
Desalento	1,7	0,7	1,1
Total	15,1	12,3	13,4

c) $\Delta\%$ 1997/93

TIPOS DE DESEMPREGO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Aberto	21,3	40,7	31,5
Oculto	-26,0	-16,7	-20,8
Precário	-28,6	-21,4	-25,0
Desalento	-22,7	16,7	-8,3
Total	5,6	15,0	9,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Considerando-se os três tipos de desemprego levantados pela PED,⁶ verifica-se que, em 1997, tanto entre os homens como para as mulheres, predomina a situação do desemprego aberto, cujas taxas foram de 8,3% e 11,4% respectivamente. Quanto ao desemprego oculto pelo desalento, observa-se que esse tipo de desemprego também atinge mais as mulheres desempregadas do que os homens na mesma condição, cujas taxas representaram 1,7% para o contingente feminino e 0,7% para o masculino. Essa situação se inverte unicamente no caso do desemprego oculto pelo trabalho precário, no qual as taxas foram de 3,3%, para os homens e de 2,0% para as mulheres. Os homens enquadram-se mais neste último tipo de desemprego, devido ao fato de ocuparem, na grande maioria, a posição de chefes de domicílio e, conseqüentemente, serem os principais responsáveis pela manutenção da família, e, por isso, se vêem forçados — enquanto procuram trabalho — a realizar atividades instáveis, de forma não regular, geralmente “bicos” ou biscates, para garantir a própria sobrevivência familiar. As mulheres, além de encontrarem maiores dificuldades em serem absorvidas pelo mercado de trabalho, são, também, via de regra, as mais envolvidas com as responsabilidades domésticas. Nesse caso, o trabalho produtivo geralmente passa a ser exercido paralelamente às atividades do lar, as quais, segundo o padrão vigente da divisão de trabalho por sexo, assumem papel importante e prioritário na vida desse segmento. Daí se encontrar, na situação de desemprego oculto por desalento, um maior número de mulheres desempregadas, dado que elas têm, nos afazeres domésticos, uma atividade enquanto buscam trabalho no mercado.

Entre 1993 e 1997, o aumento da taxa de desemprego, tanto para os homens quanto para as mulheres, foi determinado basicamente pelo comportamento do desemprego aberto, uma vez que o desemprego oculto sofreu retração. Ainda que permaneça uma situação mais desfavorável para as mulheres no tocante ao desemprego, verifica-se que os homens tiveram aumento bem maior no desemprego aberto (40,7%) do que as mulheres (21,3%), no período.

⁶ A metodologia utilizada pela PED considera três tipos de desemprego: (a) **desemprego aberto** (pessoas que procuraram trabalho, efetivamente, nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias); (b) **desemprego oculto pelo trabalho precário** (pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou nos últimos 12 meses, e realizam, de forma não regular, algum trabalho remunerado, ou realizam trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes); e (c) **desemprego oculto pelo desalento** (pessoas sem trabalho e que não procuraram nos últimos 30 dias, por alguma circunstância, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses).

Ao considerar a evolução do desemprego por faixa etária, nota-se que este é consideravelmente maior nas faixas mais jovens. Em 1997, a taxa de desemprego para o contingente feminino com 10 a 17 anos era de 40,8%, e a dos jovens com a mesma idade, 32,6%. Na faixa etária de 18 a 24 anos, esses percentuais alcançaram 25,3% e 19,1% respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3

Taxa de desemprego, segundo sexo e faixa etária, na RMPA — 1993 e 1997

a) 1993

IDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL
De 10 a 17 anos	38,5	29,1	32,8
De 18 a 24 anos	22,1	16,9	19,2
De 25 a 39 anos	11,6	8,4	9,7
Com 40 anos e mais	6,7	5,7	6,1
Total	14,3	10,7	12,2

b) 1997

IDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL
De 10 a 17 anos	40,8	32,6	35,8
De 18 a 24 anos	25,3	19,1	21,8
De 25 a 39 anos	12,9	10,4	11,5
Com 40 anos e mais	8,1	8,0	8,0
Total	15,1	12,3	13,4

c) $\Delta\%$ 1997/93

IDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL
De 10 a 17 anos	6,0	12,0	9,1
De 18 a 24 anos	14,5	13,0	13,5
De 25 a 39 anos	11,2	23,8	18,6
Com 40 anos e mais	20,9	40,4	31,1
Total	5,6	15,0	9,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Observa-se, em 1997, que as mulheres com até 39 anos de idade apresentaram taxas de desemprego bastante superiores àquelas registradas para os homens na mesma faixa etária. Em contrapartida, as mulheres adultas, com 40 anos e mais — segmento considerado não reprodutivo — apresentaram taxas bastante similares àquelas registradas para os homens na mesma faixa etária. Esse resultado parece ser indicativo de que a discriminação entre os sexos vem, geralmente, associada à reprodução e à criação de filhos, onde a responsabilidade recai sobremaneira para as mulheres.

Por último, verifica-se que o desemprego entre as mulheres aumentou em todas as faixas etárias, no período 1993-97, ocorrendo o mesmo para os ho-

mens. Porém, para estes últimos, o incremento foi mais intenso em todas as faixas, excetuando-se aquela dos jovens de 18 a 24 anos. Destaca-se, ainda, que a maior elevação ocorreu entre os indivíduos com 40 anos e mais de idade.

Na investigação da população desempregada, do ponto de vista de sua experiência anterior de trabalho, a Pesquisa revela que, a exemplo do que ocorre com o conjunto dos desempregados, a grande maioria das mulheres desempregadas já havia tido experiência anterior de trabalho, acrescentando-se o fato de que essa parcela aumentou no período 1993-97. Essa situação, além de adicionar fatores agravantes à condição de desemprego, visto que a perda de trabalho anterior implica também perda de rendimentos, está associada à própria condição do trabalho feminino, o qual "(...) costuma ser marcado pela descontinuidade e pela intermitência de entradas e saídas do mercado, através das quais a mulher procura manter o equilíbrio entre as atividades produtivas e as funções reprodutivas que lhe são socialmente atribuídas" (BRUSCHINI, 1994, p.507).

Por fim, em termos dos setores de atividades que mais vêm contribuindo para o desemprego feminino no período em análise, destaca-se serviços: 37,0% das desempregadas em 1993 e 39,7% em 1997 declararam que o último trabalho exercido, prévio à condição de desemprego, havia sido no setor serviços. O comércio passou a contribuir mais em 1997 (23,9%) com relação a 1993 (21,15%). Já a indústria de transformação, em 1997, passou a participar menos para a formação do contingente de desempregadas, mantendo-se, contudo, em patamar ainda elevado (19,0%), enquanto em 1993 ela participava com 22,9% (Tabela 4).

Tabela 4

Distribuição dos desempregados, por sexo e setores de atividade no último trabalho, na RMPA — 1993 e 1997

SETORES DE ATIVIDADE	1993			1997		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Indústria	22,9	29,4	26,3	19,0	25,5	22,5
Construção civil	(1)	14,4	8,0	(1)	15,5	9,0
Comércio	21,5	19,2	20,3	23,9	18,3	20,8
Serviços	37,0	35,1	36,0	39,7	39,7	39,7
Serviços domésticos	17,8	(1)	8,8	16,1	(1)	7,4
Outros (2)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FORNTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria (2) Inclui agricultura, pecuária, extração vegetal, embaixadas, consulados, representações oficiais e outras atividades não classificadas

3 - Ocupação e condições de trabalho

O modo como as mulheres se inserem na atividade produtiva é um dos aspectos relevantes para o conhecimento da participação feminina no mercado de trabalho. Para abordar essa questão, são analisados os dados relativos aos setores de atividade econômica e aos ramos de atividade que mais concentram a força de trabalho feminina e à posição na ocupação. Com relação às condições de trabalho, são analisados alguns itens, tais como registro em carteira e jornada de trabalho.

Na distribuição percentual da população ocupada em 1997, segundo o setor de atividade econômica, verifica-se que a mulher trabalhava predominantemente no setor serviços, o qual absorvia metade das mulheres ocupadas (50,9%), vindo, em seguida, os serviços domésticos (17,2%), o comércio (16,8%) e por último, a indústria (14,5%). Note-se, no entanto, que a participação feminina por setor de atividade, sofreu alteração se comparada com a do ano de 1993, quando a indústria absorvia 20,8% das mulheres trabalhadoras, perdendo apenas para o setor serviços (Tabela 5).

Tabela 5

Distribuição dos ocupados no trabalho principal, segundo setores de atividade econômica e sexo, na RMPA — 1993 e 1997

a) 1993

SETORES DE ATIVIDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL (%)
Indústria	20,8	26,8	24,2
Construção civil	(1)	9,6	5,9
Comércio	15,6	16,7	16,3
Serviços	48,4	46,0	46,9
Serviços domésticos	14,7	(1)	5,9
Outros (2)	(1)	1,0	0,7
Total	100,0	100,0	100,0

b) 1997

SETORES DE ATIVIDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Indústria	14,5	23,5	19,8
Construção civil	(1)	10,2	6,3
Comércio	16,8	16,9	16,9
Serviços	50,9	48,3	49,3
Serviços domésticos	17,2	(1)	7,2
Outros (2)	(1)	0,7	0,5
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 5

Distribuição dos ocupados no trabalho principal, segundo setores de atividade econômica e sexo, na RMPA — 1993 e 1997

c) Δ% 1997/93

SETORES DE ATIVIDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL (%)
Indústria	-6,3	-3,3	-4,4
Construção civil	-	0,6	0,4
Comércio	1,2	0,2	0,6
Serviços	2,5	2,3	2,4
Serviços domésticos	2,5	-	1,3
Outros (2)	-	-0,3	-0,2
Total	-	-	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Inclui agricultura, pecuária, extração vegetal, embaixadas, consulados, representações oficiais e outras atividades não classificadas.

Comparativamente à distribuição da população ocupada masculina em 1997, destacam-se uma menor inserção relativa da mulher na indústria, participação quase nula na construção civil e predominância feminina nos serviços domésticos. Nos setores comércio e serviços, eram praticamente idênticas as proporções em ambos os sexos.

Com as transformações ocorridas no setor industrial, nos últimos anos, decorrentes da reestruturação produtiva em curso e das medidas de uma política econômica recessiva buscando a estabilização, verificaram-se uma sensível redução de postos de trabalho nesse setor e um considerável aumento do número de pessoas nos setores serviços e comércio. Ainda assim, o resultado desse comportamento diferenciado entre os setores de atividade possibilitou crescimento de 4,1% do nível geral de ocupação entre 1993 e 1997.

Não obstante a variação positiva da ocupação geral no período em foco, houve significativa diminuição de trabalhadores na indústria, atingindo principalmente as mulheres, cujo contingente acusou redução de 6,3 pontos percentuais entre 1993 e 1997, enquanto para os homens o recuo foi de 3,3 pontos percentuais. Tal redução, no caso das mulheres, levou a um aumento para a ocupação feminina nos setores serviços e serviços domésticos (2,5 pontos percentuais em cada um) e no comércio (1,2 pontos percentuais). Para os homens, foram registrados incrementos nos serviços e na construção civil, uma vez que, no comércio, sua participação ficou praticamente estável.

Enfocando-se os ramos de atividade, constata-se que, em 1997, no setor serviços, mais da metade das mulheres ocupadas se concentrava e em quatro ramos: educação (17,2%), saúde (15,9%), serviços especializados (10,3%) e serviços de administração pública (9,9%). Por outro lado, os homens, nesse mesmo setor, trabalhavam principalmente em transporte e armazenagem (14,7%), serviços de administração pública (14,2%), serviços especializados (11,5%) e outros serviços de reparação e limpeza (11,2%), Tabela 6.

Tabela 6

Distribuição dos ocupados no trabalho principal, nos setores indústria e serviços, segundo ramo de atividade e por sexo, na RMPA — 1993 e 1997

a) 1993

RAMOS DE ATIVIDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL (%)
Total da indústria	100,0	100,0	100,0
Metalúrgica	5,8	20,1	15,2
Vestuário	13,0	(3)	5,7
Calçados	43,9	22,3	29,8
Outros (1)	37,3	55,7	49,3
Total serviços	100,0	100,0	100,0
Transporte e armazenagem	(3)	16,3	10,3
Serviços especializados	7,4	8,8	8,2
Serviços de administração pública ...	9,1	15,5	12,9
Educação	18,0	3,7	9,6
Saúde	14,9	3,6	8,2
Serviços de reparação e limpeza	8,0	10,4	9,4
Outros (2)	41,0	41,7	41,4

b) 1997

RAMOS DE ATIVIDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Total da indústria	100,0	100,0	100,0
Metalúrgica	9,5	26,0	21,1
Vestuário	15,8	(3)	6,1
Calçados	35,2	19,4	24,1
Outros (1)	39,5	52,6	48,7
Total serviços	100,0	100,0	100,0
Transporte e armazenagem	(3)	14,7	9,2
Serviços especializados	10,3	11,5	11,0
Serviços de administração pública ...	9,9	14,2	12,4
Educação	17,2	3,9	9,5
Saúde	15,9	3,9	8,9
Serviços de reparação e limpeza	7,3	11,2	9,6
Outros (2)	37,9	40,6	39,4

Tabela 6

Distribuição dos ocupados no trabalho principal, nos setores indústria e serviços, segundo ramo de atividade e por sexo, na RMPA — 1993 e 1997.

c) $\Delta\%$ 1997/93

RAMOS DE ATIVIDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Total da indústria			(%)
Metalúrgica	3,7	5,9	5,9
Vestuário	2,8	-	0,4
Calçados	-8,7	-2,9	-5,7
Outros (1)	2,2	-3,1	-0,6
Total serviços	-	-	-
Transporte e armazenagem	-	-1,6	-1,1
Serviços especializados	2,9	2,7	2,8
Serviços de administração pública	0,8	-1,3	-0,5
Educação	-0,8	0,2	-0,1
Saúde	1,0	0,3	0,7
Serviços de reparação e limpeza	-0,7	0,8	0,2
Outros (2)	-3,1	-1,1	-2,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inclui têxtil, alimentação, mobiliário, artefatos de borracha, papel, papelão, cortiça, gráficas, vidros, cristais, cerâmicas, materiais de construção, artesanato, mecânica, eletroeletrônica, transporte, química, plásticos, farmacêutica e outras indústrias de transformação. (2) Inclui serviços de utilidade pública, serviços creditícios, financeiros, serviços pessoais, serviços de alimentação, serviços de comunicações, diversões, rádio, teledifusão, serviços comunitários, comércio, administradoras de valores, administradoras de imóveis, serviços auxiliares, oficina de reparação mecânica e outros serviços. (3) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Na indústria, a ocupação feminina, por sua vez, apresentava concentração, sobretudo, nos ramos do calçado (35,2%) e do vestuário (15,8%). Os homens concentravam-se principalmente nos ramos da metalúrgica (26,0%) e do calçado (19,4%).

Sob outro recorte, para melhor se apreender a estrutura do emprego feminino, é interessante listar as atividades que concentram mais mulheres, sem estabelecer diferenças entre setor e ramos. Esse procedimento revela que dois terços das mulheres ocupadas em 1997 estavam assim distribuídas: 17,2% nos serviços domésticos, 16,8% no comércio, 8,8% na educação, 8,1% na saúde, 5,2% nos serviços especializados, 5,1% na indústria do calçado e 5,0% nos serviços de administração pública. Observa-se que grande parte das atividades realizadas pelas trabalhadoras femininas caracterizavam-se por reproduzir mais tipicamente o trabalho que tradicionalmente executam no âmbito doméstico.

No período 1993-97, tem-se a ressaltar, para o setor serviços, o expressivo crescimento do ramo de serviços especializados⁷, notadamente para a população ocupada feminina, cuja parcela cresceu 2,9 pontos percentuais frente à elevação também expressiva de 2,7 pontos percentuais entre os homens. No setor da indústria, cabe mencionar o comportamento diferenciado em dois ramos. No ramo de calçados, houve queda de 8,7 pontos percentuais na participação feminina, segmento bem mais atingido do que o dos homens, o qual sofreu uma redução de 2,9 pontos percentuais no período. Essa redução decorre, dentre outros fatores, da reestruturação no setor calçadista em busca da melhoria da qualidade e da produtividade frente à concorrência internacional. No ramo da metalúrgica, ao contrário, houve incremento da participação para trabalhadores de ambos os sexos, havendo elevação maior entre os homens (5,9 pontos percentuais), face aos 3,7 pontos percentuais para as mulheres — o que se vê reforçado por ser a presença feminina bem menor que a do sexo masculino nesse ramo.

A posição na ocupação é outro aspecto importante a ser analisado para examinar a questão da maior fragilidade em que se encontra o trabalho da mulher. Segundo dados da Tabela 7, observa-se, em 1997, que mais de um terço das mulheres (35,6%) trabalhava em condições precárias, desenvolvendo atividades como empregadas domésticas (17,2%), trabalhando como autônomas (13,3%), e na condição de assalariadas no setor privado sem carteira de trabalho assinada (5,1%).

A força de trabalho feminina insere-se no mercado de trabalho predominantemente como assalariada, da mesma forma como a população masculina. Em 1997, a proporção de assalariados dos setores privado e público era de 61,8% entre as mulheres ocupadas e de 67,3% para os homens. Note-se, entretanto, que o traço distintivo da inserção feminina em relação aos homens é o peso dos serviços domésticos. Nessa atividade, predomina a empregada doméstica mensalista, que representava 13,1%, em 1997, seguindo-se, em proporção bem inferior (4,0%), a diarista — aquela que trabalha por dia e para diversos patrões.

Considerando-se o período em análise — 1993-97 —, registrou-se elevação de 2,5 pontos percentuais na participação do emprego doméstico. Tal au-

⁷ Estão incluídas nesse ramo as atividades dos escritórios de engenharia e arquitetura, assessoria técnica, consultoria, pesquisa, análise e processamento de dados, publicidade, jurídicos, despachantes, etc.; serviços de reprodução (xerox); decoração, pintura, desenho, escultura; e outros serviços técnicos profissionais não especificados.

mento foi determinado principalmente pelo incremento na categoria de empregadas mensalistas (2,4 pontos percentuais), uma vez que a parcela de diaristas praticamente ficou estável. O trabalho feminino assalariado, entretanto, decresceu 1,9 pontos percentuais, enquanto as autônomas apresentaram relativa estabilidade. Já o contingente masculino apresentou aumento significativo entre os autônomos (3,6 pontos percentuais), em detrimento do trabalho assalariado, o qual sofreu decréscimo de 3,4 pontos percentuais.

Tabela 7

Distribuição dos ocupados por sexo, segundo posição na ocupação, na RMPA 1993 e 1997

a) 1993

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	(%)		
	MULHERES	HOMENS	TOTAL
ASSALARIADOS	63,7	70,7	67,9
Setor privado	46,1	57,3	52,8
Com carteira	40,8	49,1	45,8
Sem carteira	5,3	8,2	7,0
Setor público	17,6	13,4	15,1
AUTÔNOMOS	13,4	18,6	16,5
Para o público	8,9	13,0	11,4
Para o privado	4,5	5,6	5,1
EMPREGADOS DOMÉSTICOS	14,7	(1)	6,0
Mensalista	10,7	(1)	4,5
Diarista	3,9	(1)	1,6
Espécie	(1)	(1)	(1)
EMPREGADOR	2,1	4,9	3,8
TRABALHADOR FAMILIAR SEM REMUNERAÇÃO	1,5	0,7	1,0
OUTROS (2)	4,6	4,8	4,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0

b) 1997

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO			
	MULHERES	HOMENS	TOTAL
ASSALARIADOS	61,8	67,3	65,1
Setor privado	45,7	55,9	51,8
Com carteira	40,6	47,9	45,0
Sem carteira	5,1	8,0	6,8
Setor público	16,1	11,4	13,3
AUTÔNOMOS	13,3	22,2	18,6
Para o público	10,4	15,7	13,6
Para o privado	2,9	6,5	5,0
EMPREGADOS DOMÉSTICOS	17,2	(1)	7,2
Mensalista	13,1	(1)	5,5
Diarista	4,0	(1)	1,7
Espécie	(1)	(1)	(1)
EMPREGADOR	2,0	4,7	3,6
TRABALHADOR FAMILIAR SEM REMUNERAÇÃO	(1)	(1)	1,0
OUTROS (2)	4,1	4,7	4,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Tabela 7

Distribuição dos ocupados por sexo, segundo posição na ocupação, na RMPA 1993 e 1997

c) $\Delta\%$ 1997/93

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
ASSALARIADOS	-1,9	-3,4	-2,8
Setor privado	-0,4	-1,4	-1,0
Com carteira	-0,2	-1,2	-0,8
Sem carteira	-0,2	-0,2	-0,2
Setor público	-1,5	-2,0	-1,8
AUTÔNOMOS	-0,1	3,6	2,1
Para o público	1,5	2,7	2,2
Para o privado	-1,6	0,9	-0,1
EMPREGADOS DOMÉSTICOS	2,5	-	1,2
Mensalista	2,4	-	1,0
Diarista	0,1	-	0,1
Espécie	-	-	-
EMPREGADOR	-0,1	-0,2	-0,2
TRABALHADOR FAMILIAR SEM REMUNERAÇÃO	-	-	0,0
OUTROS (2)	-0,5	-0,1	-0,3
TOTAL	-	-	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Inclui empregado em espécie-benefício, militar, religioso, assistencial, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar.

Assim, através da elevação mais expressiva do trabalho doméstico para as mulheres e do trabalho autônomo para os homens, observa-se aumento das formas de inserção mais precárias e/ou não regulamentadas da População Economicamente Ativa no mercado de trabalho.

Entre as trabalhadoras autônomas, no período em análise, houve crescimento de 1,5 pontos percentuais para as que trabalhavam para o público em geral — categoria que vem absorvendo mais de dois terços das trabalhadoras autônomas — e queda para as que trabalhavam para empresa (-1,6 pontos percentuais). A população masculina, no entanto, apresentou elevações de 2,7 e 0,9 pontos percentuais, nas mesmas categorias, respectivamente.

Cabe ressaltar, ainda, que a proporção de empregadores no total de ocupados em 1997 era de 2,0% entre as mulheres, enquanto entre os homens atingia mais que o dobro (4,7%).

A inserção das mulheres tem ocorrido, tradicionalmente, em postos menos regulamentados e protegidos face ao contingente masculino. Observadas as formas de inserção regidas pela legislação brasileira vigente — o assalariamento com carteira de trabalho assinada no setor privado e o emprego

no setor público —, verifica-se, em 1997, que a parcela assim inserida era maior entre a população masculina ocupada do que entre a feminina (59,3% e 56,7% respectivamente). Além disso, do total de pessoas com essas formas de contratação na RMPA, 60,5% eram homens e apenas 39,5% eram mulheres.

Ao se considerar somente as mulheres assalariadas no setor privado, constata-se, em 1997, que o percentual das que possuem carteira de trabalho assinada era de 88,8%, um pouco superior à proporção masculina (85,7%), Tabela 8. Agregando-se as empregadas domésticas ao contingente da força de trabalho feminina assalariada no setor privado, observa-se, no entanto, que a proporção das mulheres que tinham registro em carteira diminuiu para 78,6%. Tomando-se como base apenas os serviços domésticos, essa proporção fica ainda mais reduzida (51,4%), ou seja, quase a metade das empregadas domésticas não estavam protegidas pelos mecanismos sociais e trabalhistas previstos na legislação.

Tabela 8

Distribuição dos assalariados do setor privado, por sexo, e das empregadas domésticas, segundo posse de carteira de trabalho, na RMPA — 1993 e 1997

DISCRIMINAÇÃO	1993			1997		
	Com Carteira	Sem Carteira	Total	Com Carteira	Sem Carteira	Total
Assalariados do setor privado	86,7	13,3	100,0	86,8	13,2	100,0
Homens	85,7	14,3	100,0	85,7	14,3	100,0
Mulheres	88,6	11,4	100,0	88,8	11,2	100,0
Empregadas domésticas	41,2	58,8	100,0	51,4	48,6	100,0
Mulheres do setor privado e empregadas domésticas	77,1	22,9	100,0	78,6	21,4	100,0

FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE

No período 1993-97, verifica-se que a proporção de homens e mulheres no setor privado, com carteira assinada, permaneceu estável. Observa-se, entretanto, que o registro em carteira para as mulheres, nos serviços domésticos, acusou uma significativa elevação, de 10,2 pontos percentuais, no mesmo período. Tal comportamento pode ser um indicativo de que o empregador doméstico vem observando melhor o cumprimento da legislação, evitando, assim, envolvimento futuro com ações trabalhistas, tanto quanto refletem conquistas dessa categoria de trabalhadoras, cuja organização vem crescendo no período recente.

Tabulações especiais da PED-RMPA permitem, ainda, que se examine o contingente ocupado sob a ótica de grupos de cargos⁸. Verifica-se, em 1997, que 50,2% das mulheres ocupadas estavam em postos de execução, 23,9% desenvolviam atividades de apoio e a menor parcela, de 14,9%, funções de direção e planejamento. Comparando-se com a distribuição da população ocupada masculina, observa-se que as mulheres predominam nas atividades de apoio, com uma menor inserção relativa nas funções de direção e planejamento e em postos de execução. Nesta última categoria, a proporção de mulheres que desempenhavam funções não qualificadas é mais do que o dobro da observada entre os homens (Tabela 9).

Tabela 9

Distribuição dos ocupados no trabalho principal, por cargo de ocupação e sexo, na RMPA — 1993 e 1997

OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL	1993			1997		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Direção e planejamento	14,9	19,7	17,8	14,9	17,7	16,6
Empresários	7,2	10,8	9,4	5,0	7,1	6,3
Gerência intermediária e direção superior	1,2	2,4	1,9	2,1	3,8	3,1
Atividades de planejamento	6,5	6,5	6,5	7,8	6,8	7,2
Execução	52,4	55,3	54,1	50,2	56,0	53,7
Execução - qualificados	7,3	9,0	8,3	7,1	10,1	8,9
Execução - semiquualificados	22,1	36,3	30,6	23,9	38,5	32,6
Execução - não qualificados	23,0	10,0	15,2	19,2	7,4	12,2
Apoio	27,5	15,4	20,3	23,9	13,4	17,6
Apoio - serviços operacionais	6,9	9,3	8,4	6,2	7,7	7,1
Apoio - escritório	9,8	2,6	5,5	9,1	2,4	5,1
Apoio - serviços gerais	10,8	3,5	6,4	8,6	3,3	5,4
Outros (1)	5,2	9,6	7,8	11,0	12,9	12,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE

(1) Inclui outros grupos mal definidos e outros não especificados.

⁸ Consideram-se grupos de cargos as seguintes situações: as ocupações em **Direção e Planejamento**, empresários, gerência intermediária e direção superior, profissionais responsáveis por atividade de planejamento; as ocupações agregadas nos cargos de **Execução**, que consideram as qualificadas (por exemplo, técnicos em estatística, professores, ferramenteiros, etc.), as semiquualificadas (operadores de máquinas, torneiros mecânicos, cabelereiros, etc.) e as não qualificadas (bilheteiros, engraxates, etc.); e as ocupações de **Apoio**, que são agregadas em serviços não operacionais (almoxarifes, telefonistas, auxiliar de escritório, etc.), escritórios (técnicos de administração, secretárias, etc.) e serviços gerais (vigias, recepcionistas, faxineiros, etc.).

Entre 1993 e 1997, verificou-se estabilidade de 14,9% para as mulheres nos cargos de maior remuneração e qualificação — grupo de direção e planejamento —, enquanto para os homens registrou-se redução de 19,7% para 17,7%. Nos cargos de execução, houve redução da participação de mulheres e uma ligeira ampliação da de homens, e, nos cargos de apoio, diminuiu a participação para ambos os sexos. Observa-se, ainda, que aumentou a diferença da proporção de mulheres não qualificadas na execução, conjunto de ocupação no qual as mulheres têm uma participação relativa superior à masculina.

Na distribuição por setores de atividade, é importante destacar, segundo a PED-RMPA, em 1997, a predominância dos homens nas funções de direção e planejamento, na indústria — onde sua proporção era quase o dobro da de mulheres — e, em menor escala, no comércio. Nos serviços, entretanto, a proporção, nessas funções, era idêntica tanto para os homens quanto para as mulheres.

Com relação à jornada de trabalho no trabalho principal, em 1997, verifica-se que o maior contingente (58,9%) de mulheres ocupadas trabalhavam entre 40 e 48 horas semanais, 28,4%, menos de 40 horas semanais e 12,7% trabalhavam mais de 48 horas. Observa-se que apenas 13,8% dos homens trabalhavam menos de 40 horas. Note-se, entretanto, que é expressiva a proporção de trabalhadores de ambos os sexos que trabalhavam acima de 48 horas, notadamente para os do sexo masculino (Tabela 10).

Tabela 10

Distribuição percentual dos ocupados no trabalho principal, por sexo e horas trabalhadas na última semana, na RMPA — 1993 e 1997

HORAS TRABALHADAS NA ÚLTIMA SEMANA	1993			1997		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Menos de 15 horas	3,4	1,1	2,0	3,2	1,1	2,0
De 15 a 39 horas	28,8	15,5	20,8	25,2	12,7	17,7
De 40 a 48 horas	51,9	57,7	55,4	58,9	64,3	62,1
Mais de 48 horas	15,9	25,7	21,8	12,7	21,9	18,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Globalmente considerada, a Pesquisa ainda revela que a força de trabalho feminina, em 1997, trabalhava em média 40 horas semanais, enquanto a masculina trabalhava 45 horas.

No período 1993-97, observa-se aumento do percentual para os que trabalhavam de 40 a 48 horas semanais (de 51,9% para 58,9% entre as mulheres e de 57,7% para 64,3% entre os homens) e diminuição nos demais extratos, tanto para as mulheres quanto para os homens.

As trabalhadoras enfrentam, na maioria das vezes, dupla jornada de trabalho, se considerarmos o fato de que às atividades exercidas por elas fora de casa crescem-se as suas responsabilidades familiares. Assim, para poder conciliar os dois tipos de atividades — produtivas e domésticas —, a força de trabalho feminina, em média, apresenta no mercado de trabalho uma jornada menor em relação à masculina. Daí a maior incidência de mulheres trabalhando menos de 40 horas por semana.

4 - Rendimentos desiguais

A desigualdade de rendimento entre os sexos é outro indicador importante a ser analisado, uma vez que as diferenças significativas apontam uma maior fragilidade da inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho.

O rendimento médio real das mulheres em 1997 (R\$ 486,00) correspondia a 68,9% do obtido pelos homens (R\$ 705,00), Tabela 11. Com referência ao rendimento mediano, segundo a PED-RMPA, verifica-se que 50,0% da população feminina ocupada ganhava até R\$ 313,00, e a masculina até R\$ 485,00.

Tabela 11

Rendimento médio dos ocupados no trabalho principal, segundo setor de atividade econômica e sexo, na RMPA — 1993 e 1997

SETORES DE ATIVIDADE	1993			1997			1997 1993		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Indústria	337	589	502	383	657	575	13,7	11,6	14,6
Construção civil	(1)	408	411	(1)	497	509	-	21,8	23,8
Comércio	386	573	503	462	686	597	19,7	19,7	18,7
Serviços	529	727	644	610	781	709	15,3	7,4	10,1
Domésticos	165	(1)	168	225	(1)	227	36,4	-	35,1
Total	411	629	541	486	705	616	18,3	12,0	13,8

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE

NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de jul./98.

(1) A amostra não comporta a desagregação dessa categoria

Outro dado importante a ser considerado é o rendimento médio por hora trabalhada, no qual também persiste a diferença de rendimento com desvantagem para as mulheres. Assim, em 1997, elas recebiam, em média, R\$ 2,90 por hora trabalhada, e os homens, R\$ 3,70. Esse dado demonstra que não se pode atribuir a uma jornada média menor de trabalho da população feminina o patamar inferior de remuneração média recebido por elas.

Analisando-se o rendimento da mulher segundo os setores de atividade econômica, verifica-se que, em 1997, o mais alto rendimento médio é obtido no setor serviços, que supera em 25,5% o rendimento médio total das mulheres. Em contrapartida, o rendimento médio da população feminina ocupada nos serviços domésticos apresenta-se como o menor de todos, ficando 53,7% abaixo do rendimento médio das mulheres trabalhadoras.

Em relação à população masculina, é na indústria que se observa a maior diferença de rendimento entre os gêneros, dado que o rendimento médio do homem supera em 71,5% o da mulher. A menor diferença, por seu turno, verifica-se nos serviços (28,0%).

No período 1993-97, constata-se que as mulheres ocupadas ganhavam o equivalente a 65,3% e 68,9%, respectivamente, do rendimento médio obtido pelo contingente de homens ocupados, registrando-se, portanto, pequena diminuição da diferença entre os rendimentos médios dos dois sexos. Embora tenha-se registrado crescimento generalizado dos rendimentos médios reais tanto para os homens quanto para as mulheres, a diminuição do diferencial foi possível porque, para o conjunto da população ocupada feminina, a variação positiva foi maior, isto é, de 18,3%, elevando o rendimento médio real para R\$ 486,00 em 1997. Para a população masculina, esse incremento foi de 12,0%, ficando o rendimento médio real em R\$ 705,00. Todavia esse resultado mais favorável para as mulheres trabalhadoras não elide o fato de que as diferenças de remuneração entre os gêneros continuam significativamente altas.

5 - Escolaridade: níveis mais elevados

Não obstante a escolaridade das mulheres trabalhadoras ser mais elevada do que a dos colegas masculinos, a participação feminina no conjunto da força de trabalho aponta uma maior fragilidade da inserção dessa mão-de-obra na População Economicamente Ativa, que ocorre, como já se viu anteriormente, em condições de trabalho mais desfavoráveis do que a dos homens.

Ao se observarem os dados da Tabela 12, constata-se aumento significativo de escolaridade entre a População em Idade Ativa no período 1993-97, para os dois sexos, registrando-se marcante redução da parcela que não completara o 1º grau (de 61,3% para 54,8% entre as mulheres e de 59,9% para 54,2% entre os homens) e ampliação mais intensa daquela que concluíra pelo menos o 2º grau (de 38,7% para 45,2% e de 40,1% para 45,8% respectivamente). Destaca-se que o perfil educacional dos homens e das mulheres encontra-se praticamente no mesmo patamar, excetuando-se o maior número de mulheres analfabetas. No período em análise, a parcela de mulheres analfabetas decresceu de 5,8% para 4,2%. Já entre os homens, variou de 3,8% para 2,6%.

Tabela 12

Distribuição percentual da PIA e dos ocupados, segundo sexo e grau de escolaridade, na RMPA — 1993 e 1997

ESCOLARIDADE	PIA					
	1993			1997		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Analfabetos	5,8	3,8	4,8	4,2	2,6	3,4
Até 4ª série (1)	27,9	28,1	28,0	23,2	22,6	23,0
Da 5ª à 7ª série	27,6	28,0	27,8	27,4	29,0	28,2
1º grau completo	11,8	12,4	12,1	13,5	14,1	13,8
2º grau incompleto	5,7	5,7	5,7	6,8	6,5	6,6
2º grau completo	12,2	12,4	12,3	14,6	14,6	14,6
3º grau incompleto	3,3	3,9	3,6	3,9	4,4	4,1
3º grau completo	5,7	5,7	5,7	6,4	6,2	6,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

ESCOLARIDADE	OCUPADOS					
	1993			1997		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Analfabetos	2,8	2,7	2,7	1,7	1,4	1,5
Até 4ª série (1)	19,8	21,6	20,9	14,8	16,1	15,6
Da 5ª à 7ª série	24,0	26,9	25,8	22,2	26,5	24,7
1º grau completo	12,7	14,4	13,7	14,1	16,5	15,5
2º grau incompleto	6,0	6,0	6,0	6,9	6,5	6,7
2º grau completo	17,8	16,0	16,7	21,6	19,0	20,1
3º grau incompleto	5,4	4,8	5,0	5,9	5,3	5,6
3º grau completo	11,5	7,6	9,2	12,8	8,7	10,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inclui alfabetizados sem escolarização.

A Pesquisa ainda revela que a média em anos de estudo concluídos para a População em Idade Ativa, em 1997, era em torno de sete anos tanto para as mulheres quanto para os homens.⁹

O perfil educacional entre os sexos, entretanto, mostra diferenças significativas quando se analisa a população trabalhadora. As mulheres ocupadas apresentam, proporcionalmente, melhores níveis de escolaridade do que os homens na mesma condição. Entre 1993 e 1997, constata-se que há uma concentração maior de homens ocupados que não concluíram o 1º grau (51,1% e 44,0%) em relação às mulheres ocupadas nessa situação (46,5% e 38,7%). Essa relação se inverte nos graus mais elevados do sistema escolar: no ensino de 2º e 3º graus completos, os homens representam 33,0% e 8,7% em 1997, enquanto as mulheres superam esses percentuais, com 40,3% e 12,8% respectivamente¹⁰.

Além disso, dados da PED-RMPA revelam que, entre 1993 e 1997, a população feminina ocupada apresentou aumentos mais significativos de escolaridade do que a masculina em todas as faixas etárias, excetuando-se a dos indivíduos com 40 anos e mais, na qual houve evolução idêntica para homens e mulheres. As mulheres entre 25 e 39 anos de idade apresentavam, em 1997, a maior incidência tanto de pessoas que concluíram ao menos o 2º grau (47,0%) como o 3º grau (16,1%), enquanto entre os homens esses percentuais eram de 37,7% e 8,7% respectivamente.

Destaca-se, ainda, que, em 1997, a média de anos de estudo concluídos entre os ocupados era de 8,7 anos para a população feminina e de 8,1 anos para a masculina.

A análise por setor de atividade econômica, segundo o grau de escolarização dos trabalhadores, permite identificar outras diferenças importantes entre os gêneros.

Informações contidas na Tabela 13 evidenciam, para 1997, que as mulheres ocupadas apresentam proporcionalmente melhores níveis de escolaridade do que os homens nos setores serviços e comércio. O primeiro é o setor em que a força de trabalho feminina está melhor posicionada: 26,4% concluiu o ensino de 2º grau e 22,0% o de 3º grau, enquanto os homens representam 20,8% e 13,1% respectivamente. Além disso, nesse setor, considerando-se os traba-

⁹ Segundo dados da PNAD-IBGE, em 1996, a média de anos de estudo para os dois sexos é de 6,8 anos na RMPA, cerca de seis anos no RS e cerca de cinco anos no Brasil (PESQUISA..., 1996b, 1996a e 1996).

¹⁰ Segundo dados do INEP-IBGE (FSP, 1998, p.3-3), no Brasil, em 1996, 17,5% das mulheres economicamente ativas tinham no mínimo 11 anos de estudo — o que equivale ao 2º grau completo. No caso dos homens, apenas 15,4% se enquadravam nessa categoria.

lhadores com 3º grau completo, destaca-se que a participação das mulheres supera a dos homens, registrando 55,0% contra 45,0%. No comércio — setor em que há maior concentração de trabalhadores com níveis médios de ensino —, 30,7% das trabalhadoras concluíram o 2º grau, face aos 23,4% dos colegas masculinos.

Tabela 13

Distribuição dos ocupados no trabalho principal segundo escolaridade e sexo e por setor de atividade, na RMPA — 1997

ESCOLARIDADE	SETORES DE ATIVIDADE				
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Serviços Domésticos
(%)					
Mulheres					
Até a 4ª série (1)	20,1	(2)	8,8	9,9	40,4
Da 5ª à 7ª série	32,4	(2)	19,3	14,6	39,2
1º grau completo	17,2	(2)	21,1	11,4	13,2
2º grau incompleto ..	6,6	(2)	10,8	7,0	(2)
2º grau completo	15,2	(2)	30,7	26,4	(2)
3º grau incompleto ..	(2)	(2)	(2)	8,7	(2)
3º grau completo	(2)	(2)	(2)	22,0	(2)
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens					
Até a 4ª série (1)	16,9	39,0	13,6	14,2	(2)
Da 5ª à 7ª série	30,5	37,6	26,3	22,1	(2)
1º grau completo	18,5	11,4	19,4	15,7	(2)
2º grau incompleto ..	5,9	(2)	8,2	7,2	(2)
2º grau completo	18,5	(2)	23,4	20,8	(2)
3º grau incompleto ..	4,5	(2)	4,9	6,9	(2)
3º grau completo	5,2	(2)	(2)	13,1	(2)
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inclui analfabetos e alfabetizados sem escolarização. (2) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Na indústria, ao contrário, são os homens que apresentam um nível de escolaridade um pouco superior ao das mulheres: 52,6% dos trabalhadores masculinos e 47,5% das mulheres concluíram pelo menos o 1º grau em 1997. Todavia o nível de escolaridade dos trabalhadores da indústria encontra-se ainda distante de um perfil que possa ser considerado satisfatório na adequação às novas necessidades da esfera produtiva.

Os níveis mais baixos de escolarização aparecem, para as mulheres, no setor serviços domésticos e, para os homens, no setor da construção civil, nos quais 79,6% e 76,6% dos trabalhadores, respectivamente, não possuem sequer o 1º grau completo, concentrando-se cerca de 40,0% desses indivíduos entre as quatro primeiras séries.

Entre 1993 e 1997, foram evidenciadas evoluções positivas nos níveis de escolaridade em todos os setores, para ambos os sexos. Observa-se, no entanto, que, na indústria, a população masculina apresentou aumentos mais significativos de escolaridade do que a feminina.

Convém ressaltar que grande parte das mulheres inseridas na indústria, além de apresentarem um nível de escolaridade pouco inferior ao dos homens, exercem atividades não qualificadas ligadas à execução da produção. Acrescente-se, ainda, como já mencionado, que é nesse setor que se observa a maior diferença de rendimento entre os gêneros. Assim, diante desse quadro bastante fragilizado, a força de trabalho feminina, no período em análise, foi bem mais atingida do que a masculina, na significativa redução de ocupações ocorridas na indústria.

Por outro lado, a política de abertura comercial, o câmbio sobrevalorizado do real e a concorrência internacional têm exigido do setor industrial a implantação de novos processos produtivos. Nesse novo contexto, altera-se significativamente o perfil da qualificação do trabalhador, onde a formação escolar básica se torna um requisito fundamental. Dessa forma, os trabalhadores mais qualificados — com maior grau de instrução — têm maiores chances de permanecerem no emprego, além de se beneficiarem com oportunidades de treinamento e com perspectivas de melhoria profissional na empresa.

Nesse sentido, Leite e Posthuma (1996, p. 69) afirmam que:

“Os novos requisitos de qualificação e controle dos trabalhadores sobre a produção, decorrentes das inovações tecnológicas e organizacionais requerem investimentos em treinamento e desenvolvimento de qualificações que, aparentemente, estão se dirigindo muito menos à mão-de-obra feminina que à masculina”.

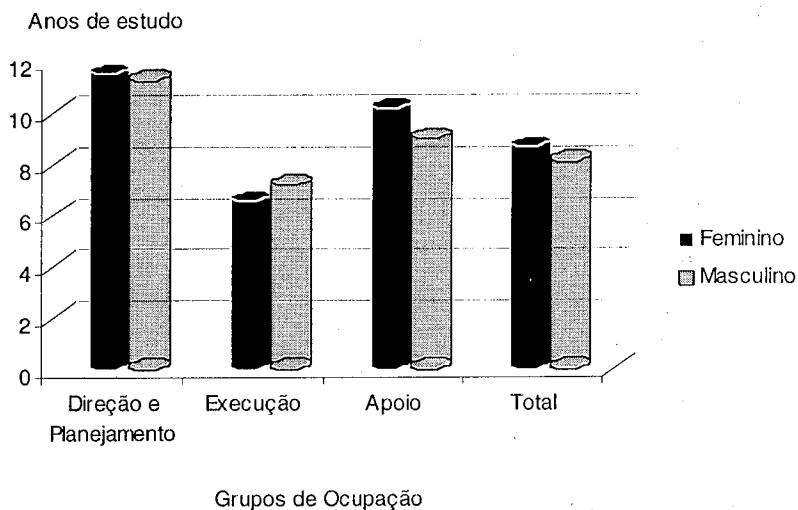
Além disso, o fato de grande parte das mulheres inseridas na indústria estarem ocupando as funções consideradas menos qualificadas, cujo exercício não exige um maior grau de instrução, parece ampliar as desigualdades de gênero existentes, uma vez que os espaços ocupacionais que estão sendo transformados e/ou criados a partir das mudanças tecnológicas e organizacionais destinam-se, ao que tudo indica, muito mais a trabalhadores masculinos.

Com relação à posição na ocupação, observa-se que a força de trabalho feminina apresenta, proporcionalmente, melhores níveis de escolaridade do que os homens na mesma condição, em todas as categorias. Destaca-se, no entanto, segundo a Pesquisa, que o grau de escolarização da força de trabalho assalariada do setor público indica uma maior concentração no nível de instrução mais elevado — 36,4% das mulheres têm o 3º grau completo em relação a 21,6% dos homens, em 1997.

A análise por grupos de ocupação, segundo o grau de escolarização, por sua vez, demonstra que a média de anos de estudo concluídos se apresenta mais elevada para a população feminina ocupada nas funções de direção e planejamento — 11,6 anos para as mulheres e 11,3 anos para os homens — e nas atividades de apoio (10,2 e 9,0 anos respectivamente). Nos postos de execução, a situação se inverte: a média de anos de estudo concluídos para os homens é de 7,2 e para as mulheres é de 6,6 (Gráfico 1).

Gráfico 1

Anos médios de estudo, por sexo e segundo o grupo de ocupação — 1997



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.
 NOTA: Considera anos de estudo concluídos.

Por outro lado, na comparação do rendimento médio real, por sexo, segundo os níveis de escolaridade, a Tabela 14 mostra diferenças significativas, que reafirmam a posição menos favorável das mulheres no mercado de trabalho. Os dados do período analisado revelam que os rendimentos médios das trabalhadoras do sexo feminino são sempre inferiores aos dos colegas do sexo oposto, com idêntico nível de instrução. Assim, por exemplo, enquanto em 1997 os

homens com o 1º grau completo recebiam, em média, R\$ 599,00 mensais, as mulheres precisavam concluir pelo menos o 2º grau para receber um rendimento médio ainda inferior (R\$ 559,00). Percebe-se, ademais, que, à medida que aumenta o nível de escolaridade da população feminina ocupada, amplia-se essa diferença observada no seu rendimento *vis-à-vis* à população masculina.

Tabela 14

Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal, segundo grau de escolaridade e sexo, na RMPA — 1993 e 1997

ESCOLARIDADE	1993			1997		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Analfabetos	151	275	222	227	339	289
Até a 4ª série (1)	214	382	317	253	443	370
Da 5ª à 7ª série	246	425	358	272	479	404
1º grau completo	347	568	486	357	599	510
2º grau incompleto ..	351	544	465	371	566	484
2º grau completo	535	850	714	559	877	736
3º grau incompleto ..	639	1 154	929	678	1 022	871
3º grau completo	988	1 726	1 334	1 177	1 829	1 486
Total	411	629	541	486	705	616

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de jul./98.

(1) Inclui alfabetizados sem escolarização.

A análise por setor de atividade tem mostrado que a maior concentração da força de trabalho feminina no nível de 3º grau completo se encontra no setor serviços, no qual, em 1997, a proporção de mulheres com esse nível de instrução chega a 55,0%. Todavia verifica-se que as diferenças de rendimento médio entre os sexos são ainda maiores nesse nível de instrução — o rendimento médio do homem supera em 52,0% o da mulher — do que para o total de ocupados inseridos nesse setor — cuja diferença é de 28,0%.

Enfim, os dados relativos ao grau de instrução sugerem que a participação no mercado de trabalho está diretamente associada à elevação do nível de instrução e que essa tendência é mais forte entre as mulheres do que entre os homens. Não obstante, os rendimentos auferidos pelas mulheres seguem sendo inferiores ao observado entre os trabalhadores do sexo masculino.

6 - Considerações finais

A análise realizada neste artigo demonstra, antes de mais nada, que as formas de inserção das mulheres na força de trabalho ainda permanecem em condições bastante desfavoráveis, se comparadas com as dos trabalhadores masculinos, mesmo que, no atual contexto econômico, o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho venham atingindo também intensamente os homens, como se verificou nos dados anteriormente analisados.

Apesar do decréscimo verificado nas taxas globais de participação tanto para as mulheres quanto para os homens, no período analisado, observou-se ampliação nas taxas de participação das mulheres em idade adulta, entre 25 e 39 anos, indicando que uma parcela delas sai da inatividade para o mercado de trabalho, provavelmente movidas pela necessidade de aumentar a renda familiar, tendo, contudo, nesse caso, que manter o equilíbrio entre as atividades produtivas e as funções reprodutivas.

A análise do desemprego demonstra que a taxa de desemprego entre as mulheres cresceu com intensidade menor que a masculina, embora apresentasse patamares bem mais elevados tanto em 1993 quanto em 1997. Nem o decréscimo das taxas de participação havido para os dois sexos atenuou o intenso desemprego ocorrido.

No que se refere à presença feminina entre os ocupados, verificou-se evolução positiva naqueles setores ocupacionais tradicionalmente destinados às mulheres, dentre os quais se destacam os serviços domésticos, o setor serviços e o comércio. Para a força de trabalho masculina, houve aumento relativo nos serviços e na construção civil, uma vez que o comércio apresentou relativa estabilidade. Por outro lado, observou-se queda nas ocupações da indústria, atingindo mais intensamente as mulheres no período em análise. Todavia a redução do assalariamento da mão-de-obra ocupada nos setores privado e público foi maior para os homens do que para as mulheres.

Assim, a liberação da mão-de-obra na indústria, paralelamente ao desassalariamento de ampla parcela de trabalhadores verificado no período, contribuiu sobremaneira para a ampliação da precarização das condições de trabalho da População Economicamente Ativa, como ocorreu principalmente com a elevação da ocupação para as empregadas domésticas, entre as mulheres, e para o trabalho autônomo, entre os homens.

Quanto ao assalariamento com carteira de trabalho assinada no setor privado e o emprego no setor público — formas de inserção que contemplam a legislação brasileira vigente —, observa-se que, em 1997, a população masculina

na ocupada apresentava uma proporção maior de indivíduos inseridos nesses segmentos do que a população feminina. Tomando-se como base somente o contingente de empregados assalariados com carteira assinada no setor privado, as mulheres, no entanto, encontravam-se em situação um pouco superior à dos homens.

São muitas, porém, as trabalhadoras que não têm garantidos seus direitos: entre as empregadas domésticas — uma das categorias que mais concentra mão-de-obra feminina —, o direito ao registro em carteira ainda é uma conquista recente e nem sempre cumprida, mesmo tendo havido uma evolução positiva nesse sentido, nos últimos cinco anos.

Por outro lado, as mulheres encontram dificuldades para ocupar cargos de chefia e, entre as que desenvolvem atividades de execução, a maior parte desempenha funções não qualificadas. O rendimento, contudo, parece não acompanhar a melhor condição de escolaridade das mulheres. Elas ganham menos do que seus colegas homens em todas as categorias de ocupações analisadas, e os diferenciais de remunerações entre os sexos acentuam-se nos níveis de instrução mais elevados, mantendo-se nas ocupações nas quais a participação feminina é mais concentrada.

Observou-se, ainda, evolução positiva nos níveis de escolaridade tanto para a População em Idade Ativa quanto para a população ocupada. Destaca-se, entretanto, que a população feminina ocupada está melhor escolarizada do que a força de trabalho masculina. Todavia o nível proporcionalmente mais elevado de escolaridade da mulher trabalhadora não lhe tem assegurado formas mais favoráveis de inserção no mercado de trabalho, ainda que essa característica possa se constituir em pré-requisito, necessário, mas não suficiente, tanto para ingresso no mercado de trabalho quanto para conquistar melhores condições de trabalho e renda.

Bibliografia

- ABRAMO, Laís (1997). Imagens de gênero e políticas de recursos humanos na modernização produtiva. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 110-131.
- BLASS, Leila M. da Silva (1995). Gênero e trabalho: trajetórias de uma problemática. In: APORNO, Sérgio, org. **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre : Ed. da Universidade. p. 139-148.
- BRUMER, Anita (1988). O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.3, n.8, out.

- BRUSCHINI, Cristina (1994). O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, São Paulo. **Anais...** São Paulo : ABET, v 1, p. 507-529.
- BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. (1993). Família, casa e trabalho. In: Encontro Anual da ANPOCS, 17., Caxambu. **Anais...**, Caxambu : ANPOCS.
- CRESCER a participação da mulher no mercado de trabalho (1997). [on line]. Disponível na Internet via <http://www.dieese.Org.br/esp/es>. Arquivo capturado em 2 de maio.
- EQUIDADE de gênero nas negociações coletivas: cláusulas relativas ao trabalho da mulher no Brasil (1997). **Resenha DIEESE**, v.1, n. 2, nov.
- FERREIRA, Jussara M. N. (1989). A participação da mulher no mercado de trabalho da Grande São Paulo. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**, São Paulo, mar., p. 95-161.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1998). São Paulo, p.3-3, 17 set..
- MULHERES e mercado de trabalho: participação, desemprego e ocupação na Região Metropolitana de São Paulo entre 1987 e 1994. São Paulo : SEADE. (mimeo).
- LEITE, M. P.; POSTHUMA, A. C. (1996). Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 1, p. 63-76., jan./mar.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO 1981: Região Metropolitana de Porto Alegre (1983). Rio de Janeiro: IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO 1990: Região Metropolitana de Porto Alegre (1993). Rio de Janeiro: IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO 1992: Região Metropolitana de Porto Alegre (1992). Rio de Janeiro: IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO 1996: Brasil (1996). Rio de Janeiro: IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO 1996: Rio Grande do Sul (1996 a). Rio de Janeiro: IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO 1996: Região Metropolitana de Porto Alegre (1996b). Rio de Janeiro: IBGE.

- POSTHUMA, A. C.; LOMBARDI, M. R. (1997). Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n.1.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1982). O trabalho da mulher no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 10, n. 38. maio/jun.
- SOUZA, Lúcia Ribeiro de. (1980). O trabalho feminino e a estrutura familiar. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, p. 531-550.
- ZAIONS, D.; COSTA, I. (1998). Caracterização do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 226-251.